



abralic

experiências literárias textualidades contemporâneas

A LITERATURA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA LITERATURA LATINO-AMERICANA

Mariângela Monsores Furtado Capuano (Colégio Pedro II)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo verificar como a literatura brasileira foi fundada dentro de uma hierarquia, estabelecendo representações das alteridades do discurso europeu, juntamente com a emergência de outras literaturas periféricas no século XIX. Assim, a partir dessas questões, pretende-se comparar a formação da literatura brasileira com a literatura latino-americana que também surgiu em um contexto de dominação em que o cânone ocidental é adotado como modelo. Para isso, o desenvolvimento da pesquisa terá como ponto básico a caracterização da literatura brasileira do século XIX que esteve a serviço da formação da identidade nacional, tendo como preocupação discutir como ela foi formada e sobre que bases históricas isso aconteceu. A partir dessa caracterização, pretende-se situar a literatura brasileira no universo latino-americano, estabelecendo comparações e constatando que, tanto a literatura brasileira, como a dos países latino-americanos surgiram no século XIX em um contexto pós-colonial, como fruto de uma cultura europeizante. Para a pesquisa, dentre outras obras, serviram como fundamento teórico os textos de Bela Jozef, *História da Literatura Hispano-Americana*, (1982), Homi, K. Bhabha (Ed.) *Nation and Narration*, (1990.) e Antonio Candido, “Literatura e Subdesenvolvimento”, (1989).

Palavras-chave: literatura. Cânone. Identidade nacional. Cultura europeizante

O Romantismo e a Formação da Identidade Nacional

O movimento romântico do Brasil coincide com a independência política do país e a consolidação de um regime que, apesar de manter o modelo monárquico, tinha a preocupação de consolidar-se através da marcação das diferenças culturais entre a antiga metrópole e a nação que surgia.

O ideário do romantismo no Brasil assume, então, o projeto de formação e afirmação da nacionalidade brasileira, bastante interessante para o sistema político que se consolidava. Esse ideal de formação da nacionalidade encontrou total respaldo no Segundo Império, que intentava igualar o recente país às nações civilizadas. A literatura passou a privilegiar um determinado aspecto da sociedade a que pertencia, em detrimento de outros, marcando o caráter hierárquico em que se formou essa literatura. É, em suma,

o discurso escrito, na sua modalidade literária, a serviço da legitimação do sistema político que se implantava.

Através do estabelecimento de um sistema literário, agora de fato brasileiro, uma vez que, com a Independência, desaparecera a condição de colônia, havia então uma nação necessitada de uma identidade não apenas econômica e política mas igualmente sociocultural.

Mesmo antes do movimento de independência, ainda no século XVIII, quando da produção árcade no Brasil, há quem julgue, como Roberto Reis (in: JOBIM, 1992), que o fato de os “Dirceus” figurarem na literatura em vez de alguma voz cujo papel fosse subverter a ordem refletida na hegemonia da intelectualidade da época, já denuncia um princípio de preocupação com a formação de um sistema literário próprio, com a manutenção daquela classe letrada. Através da entronização de personagens que mais refletissem essa inteligência que qualquer outro segmento da sociedade, o escritor estaria, de certa forma, contribuindo para manter um certo estado de coisas.

A constituição de um sistema literário pouco a pouco engendra uma norma estética e regras de controle, capazes de conservar a identidade destes intelectuais, ao mesmo tempo que rebaixa e realça aquelas manifestações literárias que infringem o sistema em gestação. (REIS, in: JOBIM, 1992).

Com isso, fica clara a intenção de não haver mudanças para que tudo permaneça da mesma forma.

Imbuídos principalmente das ideias nacionalistas, autores como José de Alencar e Gonçalves Dias, por exemplo, produziram sua literatura com o intuito de buscar a formação da identidade do país.

Alencar formou-se na época da afirmação do Segundo Império. Sua literatura, portanto, aparece engajada nesse processo de legitimação do estado-nação.

Já Gonçalves Dias afirmou-se no período anterior, correspondente aos primeiros anos da Independência propriamente dita. Apesar de este período ser influenciado pela aversão aos valores portugueses, devido a todos os percalços da colonização, os valores da cultura branca, universais para os brasileiros de origem europeia (mesmo os mestiços), mais forte até que a cultura portuguesa, não poderiam deixar de ser marcantes na sua obra.

Os dois autores, embora apresentassem caminhos e convicções diferentes na abordagem da mesma temática, atenderam perfeitamente ao gosto do público no que diz respeito à formação da identidade nacional. Alencar, por exemplo, aborda, em seus textos,

o índio, sem se preocupar em destacar o papel do negro como elemento de importância na formação da identidade brasileira (REIS, in: JOBIM, 1992, p. 78). Ainda que também tenha escrito sobre negros, o fato de não manter a fórmula básica da miscigenação que gerou o brasileiro (cruzamento entre brancos, índios e negros) talvez possa ser lido como uma exclusão do negro do processo de formação da nossa identidade. Embora a importância do negro não fosse tão relevante quanto a do índio no Ceará da época em que se passa a história de *Iracema*, por exemplo, ele já era importante em outros contextos da sociedade brasileira, como a Bahia e o Rio de Janeiro. E a importância desses lugares era tanta que foi essa a marca social herdada pelo Brasil: um país fruto da mestiçagem entre brancos, negros e índios.

O mulato no Brasil, principalmente naquela época, ainda que livre, era encarado como negro e sofria toda a consequência dessa estigmatização. De nada adiantava incorporar os costumes do branco, como a própria religião, pois o mestiço continuaria a ser sempre visto como um diferente do branco.

Desta forma, o fato de o negro não ser incorporado por Alencar como “ingrediente” da formação do povo brasileiro contribuía, sem dúvida, para que tal tipo de literatura atendesse ao gosto de um grupo formado principalmente pela elite branca e letrada. Talvez por escreverem em sintonia com essas ideias, tais autores tenham figurado imediatamente no cânone da nossa literatura, sendo esta a condição que ostentam até os nossos dias.

É importante ressaltar que, embora o país tenha permanecido, após a independência, sob o mesmo regime de governo com o qual pretensamente rompera, o movimento romântico no Brasil teve como objetivo maior a formação da identidade desse país recém-constituído, não sendo objeto de preocupação, por exemplo, o projeto de emancipação libertária através da instituição de uma república, como propunham, por exemplo, os inconfidentes em fins do século XVIII, cerca de trinta anos antes proclamação da independência. Criar uma nacionalidade era o objetivo, mesmo que essa nacionalidade fosse uma reprodução do modelo com o qual rompera.

Liberdade: um aspecto recorrente na literatura hispano-americana

No Brasil, os primeiros anos do século XIX foram marcados por acontecimentos que conduziram o país à independência política da antiga metrópole. Na América Hispânica, por sua vez, esse século foi marcado por um ambiente de conflitos políticos que resultaram igualmente na independência dos países. Há, porém, uma diferença

fundamental. Em todas as novas nações surgidas, instaurava-se o regime republicano, o que, àquela época, era símbolo de ruptura com o modelo político anterior. O Brasil é, então, a única exceção, pois, apesar de alcançar a independência, mantém o modelo herdado da tradição portuguesa.

Neste contexto histórico, surge o movimento romântico no cenário literário da América Latina. Os autores envolvidos com essas ideias valorizam aspectos do Romantismo europeu, tais como, a melancolia, o individualismo exasperado, a solidão. Junto a isto, tais autores passam a buscar uma literatura autóctone, procurando, para a confecção de suas obras, inspiração na própria terra. Nasce, então, o sentimento da natureza como elemento que passa a integrar a obra de arte, havendo uma visível exacerbação da subjetividade do artista. À paisagem cabe o lugar de pano de fundo, pois em primeiro plano está o artista.

A revisitação literária do passado, à semelhança da volta à Idade Média na Europa, enquanto busca nos tempos pretéritos daquilo que o mundo atual não pode oferecer, acontece também na América Hispânica. O índio é tomado como marca do passado nacional, pois sua presença, não apenas como elemento da origem americana, mas também das relações políticas e socioeconômicas que representava naquele momento, era muito forte. O nacionalismo passa a ser, por um lado, no romance hispano-americano, em uma época de formação de nações, a sua parte mais original. É importante perceber que, se o indianismo hispano-americano pode ser, por um lado, um ponto de contato com o que ocorria no Brasil, por outro lado, diferenciava-se por ser algo que refletia o papel do elemento indígena na vida social daquele momento, o que não ocorria no Brasil, onde o índio da literatura romântica aparece de forma idealizada, como uma referência longínqua de um passado quase mítico.

De modo semelhante ao que aconteceu no Brasil, diversas e heterogêneas foram as influências que sofreu o Romantismo na América. Embora representasse uma alteridade do discurso literário europeu, na maioria dos países hispano-americanos, sua reelaboração apresentou originalidade. Se no Brasil, no século XIX, verificou-se uma lusofobia, com o Romantismo há, por sua vez, um movimento de “desespanholização” da América. Entretanto, um novo modelo ocidental é tomado como paradigma e, a partir daí, verifica-se o predomínio da influência francesa, ainda que a espanhola não estivesse de todo desaparecida. O romance romântico na hispano-América assumiu os aspectos político, sentimental, indianista e histórico, tendo sido ele e o teatro os gêneros mais populares no Romantismo hispano-americano, fato também verificado aqui no Brasil.

Segundo Bella Jozef, após a consolidação da estética romântica no ideário da intelectualidade latina, houve uma segunda geração romântica hispano-americana que via a literatura “[...] como forma de serviço público, dedicada à diferença da liberdade e difusão da verdade” (JOZEF, 1982, p. 89). Havia, então, uma preocupação de reforçar na literatura os êxitos alcançados nas lutas pela independência do início do século. Ao que parece, a preocupação com a formação da identidade nacional, tão marcante no Romantismo do Brasil, não é então o que motiva exclusivamente os românticos hispano-americanos. Percebe-se, nesse movimento, uma real necessidade de se ratificar a liberdade e de se discutir os problemas sociais dos seus países. Porém, mesmo servindo a ideais distintos, as literaturas hispano-americana e brasileira estão em posições similares entre si em relação à literatura ocidental. Ao longo do período romântico vivido no Brasil e na América Latina, algumas estéticas procuraram estabelecer a independência intelectual em relação à Europa, estéticas essas que possuíam o desejo comum de criar uma literatura autóctone.

As bases em que se formaram as literaturas latino-americanas e a brasileira são ocidentais, pois todas são marcadas pelo signo do cânone europeu. Seu idealizadores forjaram seus pilares influenciados pelo modelo ocidental.

No Brasil, ao que parece, esse movimento de libertação intelectual da Europa foi paradoxal. O desejo de se criar um país autônomo com uma literatura autônoma não emanou propriamente do povo em si, foi um movimento forjado pelas elites para atender aos seus próprios interesses.

Da mesma forma isso se deu na América espanhola. A influência europeia foi tão grande que, durante muito tempo, a Europa não considerava a produção literária de suas colônias como algo distinto da sua própria. É o que afirma Grossmann: “Cierto es que las dos Madres Patrias nunca tuvieron a la literatura ultramarina por colonial [...]” (GROSSMANN, s/d, p. 34).

A formação dos estados-nações latino-americanos no século XIX está vinculada às lutas pela hegemonia na Europa colonialista. O modelo colonial vigente na América Latina já não mais atendia aos desejos dos países hegemônicos na época. A Inglaterra destacou-se no século XIX como potência, estando os países ibéricos em situação periférica. A formação de um grande mercado consumidor dos produtos ingleses motivou, principalmente, a implementação de lutas pela independência dos países latino-americanos. Portanto, ao que parece, esses estados-nações recém-formados só passaram a essa condição porque assim os países hegemônicos o desejaram. Em meio a tudo isso,

a literatura que se consolidou nessas nações obviamente viria a reforçar esse fato, como veremos a seguir.

A literatura enquanto reflexo da condição periférica

Considerando-se a conjuntura econômica da Europa no século XIX, pode-se constatar que os países ibéricos, colonizadores de toda a América Latina, incluindo o Brasil, havia há muito deixado o centro dos acontecimentos da Europa para ocupar uma posição de dependência em relação à França e à Inglaterra. Desta forma, a produção literária no Brasil do século XIX e, possivelmente, nos países hispano-americanos, por receberem influências europeias e ainda de suas antigas metrópoles, estariam criando na prática uma cultura que acabava por confirmar a posição de dependência em relação à cultura europeia.

Pode-se perceber então que, desde o período de sua elaboração primeira, as literaturas dos países latino-americanos ocupavam um posição periférica, pois reforçavam os modelos vigentes na medida em que os importavam e os incorporavam aos alicerces de sua formação cultural.

Ilustrando a questão que enfoca a dependência dos países latino-americanos, patrocinada pelos interesses hegemônicos no século XIX, pode-se citar o fato de que, ainda hoje, quando se tematiza, na literatura hispano-americana, por exemplo, questões relativas aos momentos iniciais da trajetória dos futuros países enquanto unidades políticas independentes, ressurge uma temática preocupada com a liberdade. É o que ocorre, por exemplo, com o romance de Gabriel García Marquez, *O General em seu labirinto*. Embora seja um texto da segunda metade do século XX, o autor retoma a questão da liberdade pretendida por Simón Bolívar, figura que se destacou, no século XIX, nas lutas pela independência da América Hispânica.

No texto de Gabriel García Marquez, a figura de Simón Bolívar é a representação da tentativa de unificação dessa América. Porém, essa unificação faz parte de um ideal utópico. A América Latina que o Bolívar de García Marquez quer libertar e unificar é uma América ressurgida a partir do desaparecimento das culturas pré-existentes. É uma América influenciada por culturas estrangeiras que para lá são transplantadas, encontrando ali um solo que, por excelência, não lhes é receptivo.

O Bolívar de García Marquez, segundo Vera Follain, é o oposto do Bolívar consagrado pela história: “Gabriel García Marquez se apropria de uma figura histórica que a história oficial consagrou como vitoriosa, enquanto líder da independência de uma

vasta região da América Hispânica, e a representa como perdedora” (FIGUEIREDO, 1994, p.113).

A independência conquistada por Bolívar, de acordo com a leitura de Vera Follain, é retratada no texto do escritor colombiano como uma “pseudo” independência.

Este é o ponto central que queremos destacar neste trabalho: a independência a serviço de uma outra dependência.

Do mesmo modo como aconteceu no Brasil, a América espanhola passou por um processo de ruptura com o modelo colonial imposto desde fins do século XV, sendo que esse processo se deu atendendo a outros interesses dos países hegemônicos. A história oficial mostra que a independência política do Brasil foi conseguida a partir da insatisfação do povo contra a condição de servilismo à coroa portuguesa. Porém, ao que tudo indica, essa “independência” só foi permitida porque firmava uma outra dependência. Caso semelhante nos mostra a história hispano-americana: a independência das colônias espanholas nas Américas se deu, também, atendendo a interesses dos países então hegemônicos.

Tudo isso nos apresenta um cenário de farsa e de falsa liberdade carregada por nós até hoje. Nesse meio está a literatura nascida sob o signo da dominação cultural do ocidente.

No Brasil, no século XIX, como a literatura tinha a missão de inventar a nacionalidade, e como os intelectuais da época faziam parte da elite dominante, obviamente, o ideal de identidade nacional era o que mais se aproximava do modelo ocidental, europeu, melhor dizendo. E é a partir daí que surge a literatura brasileira inscrita e marcada pelo cânone europeu e, portanto, em situação periférica, uma vez que apenas importava valores culturais externos para incorporá-los à sua própria cultura. O ideal da independência intelectual brasileira no século XIX é mascarado por uma ruptura com o modelo proposto pela metrópole. Porém, ao se desgarrar de Portugal, cuja literatura ocupava, na época, também uma posição periférica em relação aos demais países europeus, tomou para si um outro modelo, agora o francês. O Brasil, por conseguinte, com a independência política de Portugal, caiu de novo em uma outra dependência: economicamente, passou a depender da Inglaterra, agora diretamente, porque sempre o fora, já que Portugal era dependente economicamente daquele país, e, intelectualmente, da França.

Na América Hispânica, o cenário não é muito diferente do Brasil. O movimento de “desespanholização” da América é pano de fundo para a procura de novos modelos.

No Chile, no século XIX, criou-se uma Sociedade Literária que propunha a formação de uma literatura autenticamente nacional, utilizando-se dos elementos disponíveis em sua terra, de sua gente e de seus costumes. Porém, na verdade, intentavam usar a técnica literária europeia, sobretudo a francesa, para falar da América (JOZEF, 1982, pp. 74-75). Isso também se verificou em outros países da América espanhola.

Ao que parece, o contexto de dominação sucessiva vigia na América Latina como um todo, nela incluído o Brasil.

As culturas nela pré-existentes foram dizimadas sendo implantado pela força o modelo ocidental. O que diferencia o Brasil do restante da América Latina, entre outros fatores, é que a cultura indígena aqui, durante a implantação do estado-nação no século XIX, já estava há muito afastada do contexto social. A figura do índio, no século XIX, era algo distante da realidade do povo, que não mais convivía com ele. Naquela época, a maior parte das nações indígenas já havia sido dizimada e os seus remanescentes viviam no interior do país, longe dos centros urbanos. Por permanecer distante, essa figura pôde ser resgatada como passado nacional. Como não fazia mais parte da realidade empírica, poderia ser, então, mitificada. Isso não aconteceu dessa mesma forma no restante da América Latina, que teve a cultura indígena muito mais presente e muito mais explícita. Os descobridores da América encontraram nela civilizações indígenas com algum grau de adiantamento e com uma esfera social constituída, com grupos sociais estratificados. Para a implantação do modelo cultural ocidental nessa região, a resistência foi muito maior, porém, mesmo assim, este foi o modelo que se tornou hegemônico.

Considerações finais

Dois aspectos maiores podem ser extraídos de tudo o que dissemos. Em primeiro lugar, há uma semelhança entre os projetos brasileiro e o do restante das literaturas latino-americanas no que diz respeito a uma busca de fundação cultural e literária por extensão, sob o signo da formação da identidade nacional. O Romantismo enquanto movimento literário importado da Europa serviu de forma modelar a esse intuito.

O movimento romântico no Brasil assumiu a postura de formador da identidade nacional, fazendo disso um de seus mais importantes caracteres, tendo em vista a ratificação da inscrição definitiva de nossa literatura no modelo ocidental. Apesar de estar a serviço da formação da identidade do estado-nação recém-fundado, nossa literatura reproduziu o modelo europeu dando-lhe um cunho nacional. Os escritores que se

encarregaram de trabalhar essa temática reproduziram o modelo literário importado, conferindo-lhe feições próprias.

Na América Hispânica, de um modo geral, sem nos atermos a um país determinado, o contexto histórico em que a literatura se formou é bem distinto do Brasil. Entretanto, o que há de semelhante é uma análoga preocupação com a formação da identidade dos estados-nações que se formavam. Isso é muito mais um dado importado do modelo romântico europeu que uma necessidade efetiva, como foi no Brasil.

A colonização espanhola na América Latina encontrou um grande empecilho: a sólida estrutura social indígena lá pré-existente. Em função disso, as estratégias de ocupação tomaram rumos diferentes das que foram usadas no Brasil, pois aqui a resistência indígena foi suplantada com maior facilidade, haja vista o estágio primitivo de civilização em que se encontravam na época da chegada dos portugueses.

Uma das estratégias de colonização foi a criação de cidades que atendessem as necessidades de melhor atuação dos interesses dos colonizadores. Trata-se dos centros culturais destacados por Eduardo Coutinho em seu texto “Centros culturales de América Latina”. Segundo Coutinho, “[...] es necesario que se observem diferencias fundamentales en la constitución de esos centros” (COUTINHO, s/d). No Brasil, a formação de cidades portuárias para o escoamento das riquezas extraídas daqui e enviadas para a Europa foi uma das estratégias de controle instituído pelo colonizador, enquanto na América Hispânica a formação de núcleos populacionais mais estáveis e bem ordenados foi o alvo de interesse, pois, assim, garantiria melhor controle da região pela coroa espanhola.

Um ponto assaz importante e que marcou profundamente a diferença entre os movimentos de independência do Brasil e dos demais países da América Latina, entre outros, foi a criação de universidades e imprensa nas colônias espanholas desde o século XVI e a criação tardia dessas mesmas universidades e prelo no Brasil. Esse fator foi muito importante na diferenciação dos movimentos de libertação que viveram esses países.

Assim, no século XIX, quando os países latino-americanos tornaram-se independentes da Espanha, a sua população vivia de forma mais concreta a mestiçagem que envolvia suas origens. O índio já possuía, naquela época, uma posição muito mais nítida na sociedade local que o índio brasileiro jamais teve. Esse é um fato que até hoje pode ser percebido, pois a figura indígena, aqui no Brasil, não tem qualquer projeção no meio cultural e político do país, o que não ocorre na América Hispânica. O indígena hispano-americano é figura presente até hoje em todos os setores da sociedade. É comum

na América espanhola indígenas participarem do meio universitário como professores, fato praticamente inusitado no Brasil, por exemplo.

Se há semelhança nos projetos do Brasil e da América Latina no que diz respeito à preocupação com a identidade, por outro lado há aí uma diferença. Esse seria o segundo aspecto a que nos referimos no início dessas considerações finais.

No Brasil, pode-se afirmar que a consolidação da identidade nacional é um dos mais importantes caracteres da nossa formação literária, pois como não havia uma diferenciação cultural entre a classe dominante que determinou o desligamento político entre colônia e metrópole, havia de fato, como forma de legitimar a ruptura, a necessidade de se ressaltar as diferenças.

No restante da América Latina, como dissemos, já havia uma suficiente diferenciação entre o espanhol e o povo que vivia nas antigas colônias. As diferenças são, inclusive, uma das responsáveis pelas sucessivas tentativas de independência, que culminaram nas lutas pela libertação. Assim, mais que a preocupação com a formação de uma identidade que legitimasse a independência, houve, na literatura, uma recorrência na tematização da liberdade, já que esta sim foi algo conseguido por lutas que mereciam ser registradas.

Por esses motivos, a literatura que nasceu juntamente com a criação desses estados-nações no século XIX teve objetivos diferentes, pois refletia os desejos que se manifestavam de forma distinta nesses países. Mesmo assim, tanto a literatura brasileira como a literatura dos países hispano-americanos são representações de alteridades desse mesmo discurso com o qual procuraram romper.

Em uma análise mais ampla, ainda que os objetivos literários dos países latino-americanos ora se superponham ora se diferenciem, há resultados, por fim, semelhantes. Em ambos os casos, houve uma importação de valores culturais europeus, somados ao fato de que as antigas metrópoles ainda continuaram a influenciar as ex-colônias. Esse é o principal fator que leva a literatura da América a assumir uma posição periférica representando alteridade do discurso europeu.

No Brasil, procurou-se incorporar os valores românticos vindos de uma influência da França que, por sua vez, também influenciava Portugal. Entretanto, afirmar ser a literatura romântica brasileira uma mera alteridade do discurso europeu não é o mesmo que considerar sem valor a produção literária em terras brasileiras. O que se julga por essa ótica não é exatamente o valor literário da produção, mas apenas o 'status' que tal literatura representa. A questão é constatar então que o Brasil ocupa uma posição

periférica no cenário literário e que essa situação já estava presente na época de sua formação.

Na fase do Romantismo, os primeiros românticos brasileiros foram buscar na França o modelo a ser seguido, pois com a independência do Brasil de Portugal, uma lusofobia começou a se exacerbar. No entanto, o que foi trazido para cá, além de outras ideias, era o que a França considerava como literatura de menor valor. O gênero importado foi o folhetim, um gênero de massa. E, a partir daí, a literatura brasileira foi fundada dentro de uma hierarquia, reforçando o modelo de estrutura social que interessava à classe dominante. As figuras principais eram as que tinham origem europeia, ficando em papel secundário aqueles que representavam os descendentes de negros e índios. Com isso, a literatura nacional tomou os rumos que ratificavam a permanência do elemento compatível com o do antigo colonizador, isto é, o branco, como figura de maior importância, devendo ser este, portanto, o que deve assumir as posições de maior destaque.

Fato semelhante ocorre nas literaturas dos países hispano-americanos. Como vimos, há também uma mera importação dos valores europeus desprovida de uma reelaboração que os transformasse em algo próprio, genuíno. De fato, as literaturas de toda a América Latina muito mais receberam influência que influenciaram quem quer que seja. No primeiro Modernismo brasileiro, a crítica que se faz ao Romantismo passa por essa questão. O que propõe Oswald de Andrade com a antropofagia é um rompimento com o modelo único de importação. Ao contrário, prega que da mistura do importado com o local é possível a criação de um produto novo, original, capaz de ser então devolvido ao mundo como produto de exportação.

Segundo Candido (CANDIDO, 1989, p. 142), é apenas na década de 1950, após, portanto, a Segunda Guerra, que se toma consciência da situação de periferia, de subdesenvolvimento em que se encontra a cultura latino-americana. Esse autor refere-se, no entanto, ao fato de ter sido, no Brasil, o romance regionalista de 1930 um sinal disso. O interessante é que justamente essa é a época em que há uma momentânea inversão das situações. O romance brasileiro de trinta, principalmente por sua orientação política, vai influenciar a produção romanesca de 1940 em Portugal. Analogamente, o modernismo do nicaraguense Ruben Dario vai influenciar a Espanha. São as antigas colônias que, por fim, conseguem, em um momento que seja, romper um modelo secular.

Esse estudo procurou, então, levantar questões que poderão ser melhor aprofundadas em uma pesquisa maior, centrando o caso brasileiro em perspectiva

comparada com um caso latino-americano, especificamente, atestando minuciosamente o contexto de dominação e dependência em que essas nações foram fundadas.

Ao tratar da América Hispânica como um único bloco, não podemos perder de vista as singularidades de cada povo. Com isso, corremos aqui o risco de, em um reducionismo empobrecedor, não levantarmos o manancial de riquezas que cada país pode oferecer. Porém, o que aqui nos interessou foi justamente pinçar a linha mestra que alinhavou o ideal de libertação de cada país e que fez da América Hispânica um continente homogêneo movido por um desejo único de luta pela liberdade.

É a partir desse viés que procuramos estabelecer uma comparação com o Brasil que, sendo um único país, única foi sua história e distinta do restante da América Latina. O que aproxima este país dos demais latino-americanos é apenas o contexto de dominação no qual ainda estão enredados.

Referências

BHABHA, Homi, K. (Ed.) *Nation and Narration*. New York: Routledge, 1990.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. “Literatura e Subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ática, 2 ed., 1989.

_____, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 1º vol. Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada, 7 ed., 1993.

COUTINHO, Eduardo. “Centros culturales de América Latina (elementos para la conceptualización de ‘centro cultural’)”. Literary History Project, s/d.

GROSSMANN, Rudolf. *Historia y Problemas de la Literatura Latino Americana*. Madrid: Revista de Occidente, s/d.

JOBIM, José Luiz (org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

JOZEF, Bella. *História da Literatura Hispano-Americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2 ed., 1982.